



## ASSESSORIA JURÍDICA

**PROC. Nº1712001/2018**

**PARECER JURÍDICO Nº 2018-1221003**

**SOLICITANTE : PRESIDENTE DA CPL**

**ASSUNTO : ANÁLISE DE POSSIBILIDADE DE DISPENSA DE LICITAÇÃO E MINUTA DE CONTRATO.**

**INTERESSADO : SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO, OBRAS E VIAÇÃO**

### **RELATÓRIO :**

Trata-se de solicitação da Secretaria Municipal de Urbanismo, Obras e Viação para serviços de adaptação de prédio para funcionamento do terminal rodoviário municipal provisório, em decorrência dos serviços de reforma do complexo rodoviário e construção do shopping popular, e a impossibilidade de interrupção dos serviços rodoviários de embarque e desembarque de passageiros.

Segundo a Secretaria Municipal de Urbanismo, Obras e Viação a contratação de empresa para a adaptação é necessária, pois não dispomos de corpo técnico suficiente para a execução da obra em caráter emergencial.

Ocorre ainda que, os serviços oferecidos no complexo rodoviário não podem ser interrompidos no período da reforma, sem que trouxesse prejuízo aos seus usuários e permissionários, que vão muito além de atendimento da população do Município de Capanema, já que o local e o elo rodoviário de mais de 19(dezenove) município da região, sendo polo comercial dos mesmos, torna-se necessário a transferência imediata dos serviços para outro prédio, que tenha condições de oferecer os mesmos serviços.

A realização de Licitação é regra e a não-licitação é exceção, sendo que as exceções são os casos previstos na Lei nº8.666/93 de Dispensa e de Inexigibilidade.

A licitação pode ser dispensada quando a conveniência administrativa, aliada ao interesse público específico são enquadráveis nas previsões do art. 24 da Lei nº8.666/93.



Reza o art. 24, inciso IV da Lei nº8.666/93 :“nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimentos de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras e serviços, equipamentos e ou outros bens, públicos e particulares e somente para bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180(cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.”

Considera-se como situação emergencial, asseguradora da regular dispensa de licitação, aquela que precisa ser atendida com urgência, objetivando a não ocorrência de prejuízos, não sendo comprovada a desídia do Administrador ou falta de planejamento.

O ínclito Jessé Torres Pereira Júnior, ao comentar o referido dispositivo, cujo entendimento é compartilhado pela doutrina dominante, afirma que:

“Já na vigência da Lei nº 8.666/93, o Tribunal de Contas da União definiu que: ‘além da adoção das formalidades previstas no art. 26 e seu parágrafo único da nº Lei nº 8.666/93, são pressupostos da aplicação do caso de dispensa preconizados no art. 24, inciso IV, da mesma lei:

a.1) que a situação adversa, dada como de emergência ou de calamidade pública, não se tenha originado, total ou parcialmente da falta de planejamento, da desídia administrativa ou da má gestão dos recursos disponíveis, ou seja, que ela não possa, em alguma medida, ser atribuída à culpa ou dolo do agente público que tinha o dever de agir para prevenir a ocorrência de tal situação;

a.2) que exista urgência concreta e efetiva do atendimento a situação decorrente do estado emergencial ou calamitoso, visando afastar risco de danos a bens ou à saúde ou à vida das pessoas;

a.3) que o risco, além de concreto e efetivamente provável, se mostre iminente e especialmente gravoso;

a.4) que a imediata efetivação, por meio de contratação com terceiro, de determinadas obras, serviços ou compras, segundo as especificações e quantitativos tecnicamente apurados, seja o meio adequado, efetivo e eficiente de afastar o risco iminente detectado’ “.



Consoante o Professor Marçal Justen Filho, para a caracterização dessa hipótese de dispensa de licitação é necessário o preenchimento de dois requisitos, quais sejam, a demonstração concreta e efetiva da potencialidade do dano e a demonstração de que a contratação é a via adequada e efetiva para eliminar o risco.

No caso em tela, a situação de emergência está plenamente comprovada, a necessidade de contratação dos serviços também, bem como, de que não houve culpa ou dolo do atual gestor municipal que ainda tentou transferir os serviços rodoviários para outro terminal estadual, o que não foi possível administrativamente, nem foi aceito pelos usuários e permissionários, pela distância do centro comercial, e a inviabilidade das rotas municipais, sendo que a mudança do local deve ser realizada em curto período de tempo, uma vez que se tem prazo para execução do serviço de reforma no prédio do terminal, por tratar-se de obra financiada com recursos estaduais, mediante convênio como o Governo do Estado. Assim, não vislumbramos outro procedimento.

Sobre a celebração do contrato para execução dos serviços, é exigência contida na Lei nº 8.666/93, no art. 38, em seu parágrafo único, abaixo transcrito, que a análise da minuta de contrato seja realizada por assessor jurídico:

*Art. 38 (...)*

*Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração. [\(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994\).](#)*

Na peça trazida a análise verificamos os requisitos essenciais necessários a contratação com a Administração Pública, e a minuta com as especificações para o serviço, se encontram presentes.

Assim, considerando que a contratação da execução de obras de adaptação de prédio para funcionamento do terminal rodoviário municipal provisório, deve ser em caráter emergencial, e esta pode ser feita sem procedimento licitatório, pois a situação se enquadra nas hipóteses do art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93, opinamos pela possibilidade de contratação direta para as obras de adaptação, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal, bem como, alertamos que sejam observados todos os requisitos legais de



contratação com a municipalidade, e que a publicação do extrato da dispensa e a ratificação seja publicada em imprensa oficial.

É o Parecer. SMJ

Capanema, 21 de dezembro de 2018.

Irlene Pinheiro Corrêa  
OAB/PA nº6937